

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

SEDUC determina **suspensão da atribuição** dos professores da categoria O

Em reunião emergencial com o Secretário-executivo da SEDUC, Haroldo Correa, a Presidenta da APEOESP reafirmou a solicitação de que a atribuição dos professores da categoria O fosse suspensa em todas as DEs onde existem problemas na classificação desses docentes e que a atribuição de aulas para todas as DEs, inclusive aquelas que não apresentaram problemas, seja retomada somente no dia 27/1, segunda-feira. Grande número de DEs, inclusive, suspenderam as atribuições nesta quinta-feira, 23/1.

A SEDUC aceitou a proposta da APEOESP. As DEs que não apresentaram problemas e já concluíram a atribuição para categoria PEB I darão continuidade na segunda-feira. As demais, já com a listagens corrigidas, iniciarão o processo.

Veja o texto distribuído pela SEDUC à rede:

“Prezados Dirigentes, a fim de garantir a todas as DEs e docentes o tempo necessário para realização dos ajustes necessários, o prazo para atribuição está postergado até a próxima segunda-feira, 27/01. Solicitamos que as bancas que ainda possuem ajustes a serem realizados utilizem a sexta-feira, 24/01, para a correção de todos os casos manualmente.”

A SEDUC informou ainda que distribuiu um complemento desta nota, nos seguintes termos:

“Caso surja qualquer necessidade de ajuste seja feito amanhã (sexta-feira), devendo a atribuição ser retomada na segunda-feira (27/1).”

Horários das ATPC

A segunda questão que a APEOESP tratou com a SEDUC foi relativa aos horários de ATPC, tendo em vista a ocorrência de problemas com grande número de professores, sobretudo os que acumulam cargos ou cargo/função. A SEDUC afirmou que fará

um balanço do que já foi definido até o momento nas unidades escolares e poderá abrir espaço no período de planejamento para que as escolas possam resolver consensualmente essa questão.

Entre as possibilidades de flexibilização apresentadas pela Presidenta da APEOESP, a partir de solicitações de professores, foi a de que ATPCs isolados possam ser realizados nas eventuais “janelas” existentes na jornada ou carga horária dos docentes.

Ao mesmo tempo, a Presidenta da APEOESP lembrou que o Secretário da Educação não apenas concordou, mas fez consignar na Resolução SE 72/2019, que todos os casos omissos em relação ao cumprimento de ATPC, podem ser objeto de recurso à SEDUC. Portanto, com flexibilidade para evitar prejuízos aos professores. Caso persistam problemas, o(a) professor(a) deve comunicar a APEOESP pelo e-mail presiden@apeoesp.org.br, com todos os dados (nome, RG, escola, DE e um resumo do problema).

Aulas do INOVA

Outro assunto debatido foi em relação às aulas do INOVA. A Secretaria assegura que os professores, mesmo que tenham feito o curso, têm liberdade para não assumir aulas do INOVA. Ao mesmo tempo, após a atribuição dos professores da categoria O, fará um levantamento do saldo de aulas do INOVA. Havendo saldo, permitirá que professores que ainda não fizeram o curso assumam essas aulas, com a matrícula concomitante no curso da EFAPA. As aulas serão oferecidas na ordem legal: efetivos, estáveis da Constituição de 88, celetistas, categoria F, categoria O.

Planejamento

Com relação ao cumprimento do planejamento escolar, proporcional à jornada de cada professor, leia o comunicado anexo.

Nossa categoria acertou no calendário e está colhendo resultados

PROFESSORES NÃO TERÃO QUE TRABALHAR ALÉM DO SEU HORÁRIO NO PLANEJAMENTO. ISSO É VITÓRIA DA APEOESP!

O trabalho da Diretoria da APEOESP foi ininterrupto durante todo o final do ano, em defesa das professoras, dos professores e do Estatuto do Magistério.

Agimos judicialmente e ganhamos sentença contra Portaria CGRH 6, que pretendia, entre outras medidas, criar uma ilegal ponderação da pontuação dos professores, faixa diferenciada para professores em acúmulo (cargo-função) e a possibilidade de remoção de professor a pedido. O STJ acaba de não recepcionar o recurso do Governo do Estado contra a nossa sentença. Assim, prevalece o Estatuto do Magistério, prevalecem os direitos dos professores.

A Diretoria da APEOESP agiu rapidamente ao buscar contato com a SEDUC em pleno final de ano, conseguindo alterações nas resoluções de atribuição de aulas, impedindo a ampliação da permanência na escola, garantindo a jornada direitos dos professores em licença saúde, participação dos professores na elaboração dos horários e outros itens.

Definimos a Assembleia Estadual da categoria para o início das aulas (4/2, às 14 horas, em frente à ALESP) ainda em tempo reagir e interferir em quaisquer ocorrências na atribuição de aulas que prejudiquem a categoria. Definimos a realização da nossa Conferência e Congresso logo na sequência, de 7 a 10/2, para estamos totalmente mobilizados e condições de atuar sobre a eventual tramitação da reforma da previdência na ALESP. Acabamos de obter grande vitória em ação civil pública da APEOESP que suspendeu a tramitação da PEC 18 por ilegalidades em seu próprio mérito.

Houve grupos contrários ao adiamento da nossa Conferência/Congresso de novembro para fevereiro, no momento em que nossa presença na ALESP foi fundamental para impedir a aprovação da reforma da previdência. Também houve grupos contrários ao agendamento da assembleia para o dia 4/2.

Agora, face a toda essa nossa atividade, ao calendário definido, e diante da ação civil pública que movemos contra o horário abusivo do planejamento escolar, a SEDUC esclareceu que nenhum professor terá que trabalhar fora de seu horário.

Respeitamos e valorizamos o trabalho de todos os parlamentares, mas foram as iniciativas da APEOESP que levaram a esses resultados. Não podemos aceitar que nenhum Deputado tome para si a sua autoria e seus resultados.

No 27 de dezembro estávamos em plena atividade, trabalhando pela nossa categoria e por uma atribuição de aulas justa e transparente. Trabalhamos durante todo o mês de janeiro, realizando contatos com a SEDUC, reuniões ampliadas de Diretoria, com Coordenadores de subsedes e Conselheiros, dialogando com a categoria para resolver suas dúvidas e problemas, acionando o poder judiciário.

Prezados professores e professoras, devemos valorizar todos os avanços conquistados. E devemos valorizar e defender a nossa organização coletiva e todas as nossas conquistas, sem aceitar oportunismos, venham de onde vierem.



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**